

formas de ação. A organização de um instituto oficial, por mais bem aparelhado que fôsse, à vista mesmo dos problemas que teria de defrontar, não poderia atender às atuais exigências. Uma organização cooperativa entre entidades particulares, com exclusão do Estado, não lograria pelas mesmas razões todos os elementos de êxito. A congregação de esforços entré os poderes públicos e entidades particulares deverá ser, portanto, a condição primeira do empreendimento que a organização do trabalho nacional está reclamando.

Aceito o princípio, verifica-se que a forma associativa mais adequada é a de uma "fundação", ou seja, de uma entidade que venha a dispor, desde início, dos recursos que lhe garantam perfeito funcionamento e continuada existência. Os fundos necessários, constituídos por doações dos poderes públicos, de entidades paraestatais e empresas privadas, representarão o mais reprodutivo emprêgo de capital, pelos benefícios diretos a colher e, ainda, pelos resultados gerais que, de uma tal organização, hão de vir, em curto prazo.

A forma de administração que se expõe no projeto de estatutos a seguir foi estudada de modo a permitir um duplo e necessário objetivo: de completa autonomia, por

parte da gerência social, na consecução dos fins da fundação; e o mais previdente sistema de controle por parte das entidades que assumam o encargo de sua fundação.

Algumas palavras, por fim, devem ser ditas em relação à denominação escolhida para a nascente fundação. Desejou-se a ela ligar não, apenas, o nome do honrado Chefe do Governo Nacional, a cujo continuado esforço deve o Brasil a reconstrução política a que assistimos, por certo a mais impressionante de sua história. A idéia já aí seria razão de sobra, se pretendesse ter apenas o cunho de homenagem, justificada aos olhos e ao sentimento de todos. O que se pretendeu, porém, não foi somente ligar ao empreendimento o nome do Chefe do Governo, mas sim a figura do ínclito cidadão, que, por seu devotamento à causa pública, alta compreensão das aspirações nacionais e aguda percepção do valor dos princípios e das práticas da administração racional, há de simbolizar sempre um programa, representando, a um tempo, motivo de inspiração e de reconhecimento por parte de todos quantos trabalhem no Brasil e pelo Brasil. A aquiescência do Sr. Getúlio Vargas à solicitação que lhe foi dirigida, para o uso dessa denominação, traduz o melhor auspício que, para si mesma, poderia desejar a organização que, com tanta oportunidade, agora se pretende levantar."

Instalação do Conselho de Administração de Pessoal

Foi instalado, a 20 de janeiro findo, o Conselho de Administração de Pessoal (C.A.P.), órgão integrante do sistema do pessoal e criado, junto ao D.A.S.P., pelo decreto-lei n. 5.937, de 28 de outubro de 1943.

A sessão de instalação, realizada às 15 horas no auditório do Palácio do Trabalho, foi presidida pelo Sr. Luiz Simões Lopes, presidente do D.A.S.P., e contou com a presença de todos os membros do Conselho, altas autoridades convidadas e grande número de funcionários que se dedicam a atividades de administração geral.

Ao declarar instalado o novo órgão, o Sr. Luiz Simões Lopes realçou o significado do acontecimento, que, segundo disse, marcava uma nova e importante etapa do processo de aperfeiçoamento do pessoal do serviço civil federal, pelo qual tanto se tem interessado o governo do Presidente Vargas. Afirmou, a seguir, que o D.A.S.P. nunca teve intenção de centralizar as atividades de administração geral, procurando, ao contrário, à medida que o permitiam as circunstâncias, instituir nos vários departamentos governamentais órgãos incumbidos daquelas atividades, aos quais presta a sua assistência técnica, estabelecendo-lhes

apenas diretrizes gerais e coordenando-os em benefício do objetivo comum, qual seja o de proporcionar aos ministérios uma infra-estrutura adequada e eficiente, capaz de lhes facilitar a realização das atividades específicas que lhes incumbem. Entretanto, prosseguiu o Sr. Simões Lopes, a coordenação dos vários órgãos encarregados de atividades idênticas nos diferentes setores administrativos, e integrados naquilo que se convencionou chamar de *sistemas*, vinha revelando lacunas, que clamavam por uma solução. Estudado o problema, à luz de sua própria experiência e da de outros países, especialmente dos Estados Unidos da América, o D.A.S.P. optou pela criação de Conselhos, constituídos por todos os diretores ou chefes de serviços a que se acham entregues aquelas atividades de administração geral. Daí, pois, a criação do Conselho de Administração do Material, instalado em 12 de agosto do ano passado, e do Conselho de Administração de Pessoal, que se acabava de instalar. Expressou o presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público a confiança que depositava na atuação do novo órgão, cujos membros são todos homens de grande experiência no assunto, dizendo, ainda, que, não

obstante serem os estudos de pessoal os que mais se têm desenvolvido em nosso meio, o problema do pessoal é o mais sério com que se defrontam os nossos administradores. Referindo-se ao Conselho de Administração do Material, disse o Sr. Luiz Simões Lopes que os resultados advindos da sua criação já se fazem sentir auspiciosamente em benefício da coordenação do sistema do material. Abrindo um parêntese em sua oração, feita de improviso, o Sr. Simões Lopes revelou um fato ocorrido com o Sr. Sigfrido V. Gross Brown, Ministro da Educação do Paraguai, fato êsse muito grato aos administradores brasileiros. Contou o presidente do D.A.S.P., ressaltando o prestígio de que desfruta o serviço civil brasileiro na América do Norte, que, antes de sua atual visita ao Brasil, o Sr. Gross Brown se dirigira aos Estados Unidos, afim de conhecer de perto os trabalhos ali realizados em administração geral, para depois aplicar o fruto de suas observações na reforma administrativa que o Governo do Paraguai pretende realizar. Os técnicos norte-americanos com quem esteve em contacto indicaram-lhe o Brasil como alto centro de estudos, salientando o grau de adiantamento a que já atingiu a nossa administração pública, mercê da reforma empreendida pelo presidente Getúlio Vargas, através do Departamento Administrativo do Serviço Público. Terminando sua oração, o presidente do D.A.S.P. declarou empossados, como presidente e vice-presidente, respectivamente, do novo órgão, os senhores Astério Dardeau Vieira e Murilo Braga de Carvalho, dando a palavra ao presidente do C.A.P., que proferiu o seguinte discurso :

Senhor Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Colegas.

O Conselho que hoje se instala representa, sem dúvida, um passo marcante na evolução do sistema de órgãos a que está entregue a administração de pessoal no Serviço Civil Brasileiro.

O crescimento dêsse sistema, que reflete, como é natural, o desenvolvimento da própria administração, tem-se manifestado, aliás, em ritmo bastante acelerado, que bem denota o empenho de todos nós, administradores de pessoal, em queimar etapas para vencer o atraso de mais de meio século em que nos encontrávamos quando, em 1936, teve início a reforma administrativa.

O Conselho Federal do Serviço Público Civil, criado àquela época, foi a célula-mater dêsse sistema de órgãos que já então se esboçava e que hoje se estende ao longo da estrutura administrativa, numa rêde que abrange quatro Divisões do órgão central de administração, as

Divisões, os Serviços e as Secções de Pessoal dos Ministérios e repartições diversas, o I.P.A.S.E. e o Serviço de Biometria Médica, além de outros órgãos que, embora não integralmente destinados a cuidar dos problemas relativos aos servidores públicos, intervêm, de modo decisivo, em diversas fases da administração de pessoal.

Aquêlê reduzidíssimo grupo de pessoas, que deu o impulso inicial ao movimento, rapidamente se desenvolveu e se expandiu do primitivo núcleo central para a periferia. Em 1937, éramos contados às dezenas; hoje, às centenas, talvez aos milhares.

E' que, nêsses sete anos, a administração de pessoal encontrou no Brasil o reconhecimento de seu verdadeiro papel no cenário geral da administração pública, emergindo, com conteúdo próprio, do emaranhado de atividades atípicas em que jazia sepultada. E' muito significativo, aliás, que a própria expressão — administração de pessoal — era, em 1936, praticamente desconhecida e só veio encontrar emprêgo generalizado poucos anos atrás, quando o exercício continuado de atividades sistematizadas em relação aos servidores determinou o aparecimento de um novo termo, para exprimir uma coisa nova. E outras expressões surgiram, de significação mais restrita, para traduzir certas atividades de administração de pessoal, que até então não eram exercidas, ou o eram inconscientemente.

O que tem sido a evolução da administração de pessoal no Brasil, sabemos todos nós que vimos participando dêsse movimento. A princípio em caráter preponderantemente negativo, contingência a que não é possível escapar na fase inicial de empreendimentos desse gênero, a administração de pessoal está assumindo, cada vez mais, o caráter positivo de prestação de serviço, evoluindo do controle para a assistência, que se traduz na atitude de amparo ao servidor e de auxílio ao chefe de serviço na solução de seus problemas, para consecução da finalidade última, que é a eficiência do serviço público.

A transformação gradativa do caráter da administração de pessoal reflete-se, dia a dia, ora em providências de grande alcance, ora em pequenos episódios da vida administrativa.

Se os primeiros anos foram quase exclusivamente de controle, os últimos têm-se caracterizado, cada vez mais, por uma atuação espontânea em benefício dos servidores do Estado, ora preenchendo grandes lacunas do sistema passado, ora aperfeiçoando a obra que já se realizou. Quando fazemos um retrospecto, quase nos surpreendemos com as falhas que já foram corrigidas. Custa-nos crer, por exemplo, que dezenas de milhares de servidores permanecessem inteiramente desprotegidos na invalidez e na velhice. Custa-nos crer, porque rapidamente nos habituamos à nova situação, criada com a extensão da aposentadoria ao extranumerário. E' uma conquista que já se incorporou ao nosso patrimônio, e o nosso desejo é progredir constantemente, por maiores que tenham sido os resultados já obtidos. Mas quando voltamos os olhos para trás, é confortador o espetáculo da obra já realizada, no sentido positivo da administração de pessoal.

Na vida quotidiana, os pequenos episódios revelam, também, essa transformação de tendências. A seleção centralizada, a princípio de caráter acentuadamente negativo, como barreira oposta ao favoritismo pessoal, cada

vez mais se transforma em prestação de serviço, que não raro o diretor de repartição vem espontaneamente solicitar ao órgão especializado, abrindo mão da faculdade de indicar candidatos. A exigência de lotação, igualmente imposta como freio à tendência de hipertrofia dos quadros de pessoal, já também vai sendo reconhecida como necessária por parte de chefes de serviço, que espontaneamente solicitam ao órgão especializado a verificação de suas próprias necessidades. E assim, em tudo, cada vez mais se observa uma compreensão recíproca, que conduz à administração de pessoal realizada em seus aspectos positivos.

Através dessa evolução, a administração de pessoal se desdobrou, e com ela os órgãos que compõem o sistema, num fraccionamento que envolve o risco de quebrar a uniformidade de orientação. A coordenação de todos esses órgãos constitui a tarefa deste Conselho, onde a maioria deles está representada.

Vós, diretores de pessoal, trareis o ponto de vista de vossos Ministérios, traduzindo as necessidades que muitas

vezes passariam despercebidas a nós outros, mais afastados da linha de frente. Trabalhando em conjunto, teremos oportunidade de trocar impressões e traçar uma orientação uniforme, em que todos estaremos integrados, porque todos teremos colaborado, e que atenderá, mais satisfatoriamente, às necessidades do serviço, porque serão mais bem conhecidas.

Deveremos estudar, reunidos, os grandes problemas da administração de pessoal do Serviço Civil Federal, ou seja, do maior empregador do país, que tem a seu serviço cerca de 150.000 pessoas, para cuja manutenção despende, anualmente, um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros.

Estou certo de que todos nos empenharemos a fundo para prestar uma colaboração efetiva a essa obra ingente que se iniciou em 1936 e que tem sido possível levar avante graças ao apóio do Sr. Presidente da República e à direção de V. Excia., Sr. Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

A posse do novo Diretor de Divisão do DASP

Tomou posse também o novo Consultor Jurídico

Por decretos do Sr. Presidente da República, foram nomeados, em comissão, Diretor de Divisão e Consultor Jurídico do D.A.S.P., respectivamente, os Srs. Carlos Alberto Lúcio Bittencourt e Carlos Medeiros Silva.

O Sr. Carlos Alberto Bittencourt, sucede, na Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal, ao Sr. Paulo de Lira Tavares, nomeado Diretor Geral da Fazenda Nacional; e o Sr. Carlos Medeiros Silva, passa a ocupar o cargo que, desde a sua criação, viera sendo desempenhado pelo novo Diretor de Divisão.

A posse dos dois altos funcionários realizou-se a 6 de janeiro findo no gabinete do Presidente do D.A.S.P., com o comparecimento de todos os diretores e chefes de serviço do Departamento, numerosas pessoas de representação social e grande massa de servidores.

Depois da leitura do termo de posse e da assinatura do mesmo pelos nomeados, o juiz Ribas Carneiro, presente ao ato, pronunciou algumas palavras, congratulando-se com o Sr. Luiz Simões Lopes e com o D.A.S.P. pela investidura do Sr. Carlos Medeiros Silva no cargo de Consultor Jurídico.

Terminada essa oração, o Sr. Luiz Simões Lopes pronunciou um discurso sobre o significado da

solenidade, tendo palavras encomiásticas para a atuação do Sr. Paulo Lira na direção da Divisão de Orientação e Fiscalização, entrando, a seguir, a discorrer sobre a nova mentalidade que domina no serviço público. Essa mentalidade é devida não só à obra realizada pelo D.A.S.P. como à constante preocupação do Sr. Presidente da República, revelada no despacho diário de volumoso expediente e no apóio que tem dado a todas as medidas propostas em benefício do serviço público do país. Isso tornou possível transformar a antiga mentalidade funcional, fazendo compreender ao servidor o verdadeiro sentido da sua missão. Depois de outras considerações sobre a questão, o Sr. Luiz Simões Lopes referiu-se às "démarches" levadas a efeito para a escolha do novo Diretor de Divisão, focalizando, com palavras elogiosas, a ação do Sr. Lúcio Bittencourt no serviço público e salientando os vários títulos desse alto funcionário, que realizou um estágio dos mais proveitosos nos Estados Unidos e acaba de conquistar o primeiro lugar em concurso para a carreira de Técnico de Administração do D.A.S.P. Não quis o Sr. Luiz Simões Lopes encerrar essas suas referências ao novo Diretor de Divisão sem uma especial menção ao Sr. Luiz Vicente Belfoit de Ouro Preto, que, desde a saída do Sr. Paulo Lira, até aquela data,